



## Jornal FNE Edição 83 – Abril/09

Nesta edição, Engenheiro coloca em pauta a necessidade de ações para que o País não sucumba à crise financeira. A primeira delas, estampada em matéria de capa, é a luta contra as demissões. Não se trata de ignorar os problemas, mas de enfrentá-los corajosa e racionalmente. Em especial, é necessário que os profissionais qualificados mantenham-se no mercado, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento.

Por isso mesmo, em seminário realizado em Fortaleza, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” colocou em pauta a formação dessa mão de obra e a sua atuação na sociedade e no movimento sindical. Além disso, o evento contou com a participação do ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel, que falou sobre os avanços na gestão do sistema.

A qualidade dos serviços públicos é exatamente o tema da discussão que a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) pretende promover em julho próximo. Também na agenda, o VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), que acontece entre os dias 23 e 26 de setembro.

Em entrevista, o secretário Nacional das Relações do Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros Neto, fala sobre a necessidade de se estabelecer regras à terceirização, evitando assim a precarização do trabalho. Em C&T, o papel feito de plástico reciclado, que pode ajudar a preservar o meio ambiente. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

# OPINIÃO

---

A organização dos engenheiros do Amazonas data de 8 de abril de 1983 como Associação de Profissionais. Somente em 3 de maio de 1985, após muita luta de nossos precursores, recebemos do Ministério do Trabalho nossa Carta Sindical e o respectivo código. Nesses 24 anos de existência, tivemos como presidentes os engenheiros José Edgar Arduino, João Francisco da Silva Corado, Rogério Henrique Bastos Bezerra, José Barbosa de Carvalho e Marcílio Vital de Paula. Sob a gestão desse último, entre 2002 e 2009, hoje afastado por motivos de saúde, tivemos um upgrade fantástico, incluindo a aquisição de uma sede própria, iniciativa que contou com o apoio da FNE.

Nossa sede social possui 150m<sup>2</sup>, dividida em dois patamares, cada um com 75m<sup>2</sup>. Nela existem três salas de aula, nas quais o sindicato desenvolve um Programa de Andragogia Continuada (cursos, palestras, seminários e outras atividades inerentes ao nosso meio técnico), focado nos profissionais associados ou não. Oferecemos ainda assistência jurídica aos profissionais, realizando inclusive a homologação das rescisões de contrato de trabalho, quando verificamos o cumprimento do piso salarial dos profissionais de acordo com a Lei 4.950-A/66. Tal fiscalização é feita regularmente junto a diversas empresas e, quando necessário, denunciemos a irregularidade à Delegacia Regional do Trabalho, o que já beneficiou milhares de profissionais.

Outras atividades estão sendo operacionalizadas pelo Senge-AM. Contudo, para que possamos ser cada vez mais eficazes na defesa dos direitos dos profissionais, devemos todos unidos trabalhar mais. Nesse sentido, é necessário que os profissionais vejam o sindicato como sua representação de fato e de direito junto à sociedade. Para que tal aconteça, é de suma importância que todos se associem, participem de nossas reuniões, planos de ação e contribuam com a manutenção da entidade.

Nosso companheiro Marcílio Vital de Paula transformou o Senge-AM em paradigma positivo para as demais entidades de classes assemelhadas, ao manter a transparência e o rígido controle financeiro e contábil. O modelo de gestão – com ênfase na eficácia, transparência, qualidade e produtividade – implantado por ele permite que o Senge-AM esteja hoje saneado administrativamente.

Por tudo isso, só nos resta externar nossa gratidão em nome da diretoria, dos funcionários e associados àquele que, sem dúvida, é um exemplo de pai, amigo, sindicalista e homem público, de caráter ilibado e de probidade incontestada, nosso colega Marcílio Vital de Paula.

*Wissler Botelho Barroso é presidente do Senge-AM*

# CRESCER BRASIL

---

Dando seguimento ao projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", o Senge Ceará realizou, em 27 de março, na cidade de Fortaleza, o seminário "Tendências do mercado para os profissionais liberais". O evento contou com o apoio da FNE, da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) e da UFC (Universidade Federal do Ceará), que sediou a atividade.

A iniciativa, conforme destacou a presidente do sindicato, Thereza Neumann Santos de Freitas, trouxe uma contribuição da entidade especialmente aos que atuam na área tecnológica, "que vai além da luta por salários". "Hoje, realizamos mais um evento voltado ao crescimento e à valorização do profissional. Isso ocorre num momento de crise que já é considerada uma das maiores da nossa história, mas acreditamos que o Brasil tem condições de superá-la e seguir em frente e que os engenheiros têm muito a contribuir", completou o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

A cerimônia de abertura contou ainda com a presença do diretor do Centro de Tecnologia da UFC, José de Paula Barros Neto, do presidente do Crea-CE (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Antonio Salvador da Rocha, do presidente do Sindicato dos Farmacêuticos no Estado do Ceará, José Márcio Machado Batista, do secretário adjunto de Esporte, Turismo e Lazer do Estado de São Paulo, Flávio Brízida, do coordenador do projeto "Cresce Brasil", Fernando Palmezan Neto, do vice-presidente do Senge-RN, Marcos José Rodrigues Farias, e o do ministro da Previdência Social, José Barroso Pimentel, que deu início ao seminário com a palestra "A Previdência Social vive um novo tempo: inovações, avanços e perspectivas".

## Aposentadoria para todos

A um público majoritário de estudantes, que estão prestes a começar sua vida como profissionais, o ministro assegurou que, com as medidas que estão sendo tomadas, o sistema terá condições de se manter no futuro. "Em 1988, o regime geral da Previdência tinha 4 milhões de beneficiários, hoje são 26,177 milhões de aposentados e pensionistas, que nós pagamos rigorosamente em dia, em qualquer ponto do Brasil", afirmou. Esse contingente gera uma folha mensal de R\$ 15,3 bilhões. Segundo ele, a cobertura previdenciária alcançou, em 2008, 67% da população acima de 16 anos. "A universalização é uma das grandes preocupações", asseverou. Para avançar nesse campo, relatou o ministro, estão sendo feitos esforços para buscar a formalização em áreas críticas, como na construção civil, no serviço doméstico e no microempreendedorismo individual, que, sozinho, tem potencial de inclusão de 11,1 milhões de pessoas. Um resultado positivo já contabilizado foi a redução do déficit, tendo em vista que a necessidade de financiamento da Previdência dos trabalhadores urbanos caiu de R\$ 8,3 bilhões em 2003 para R\$ 1,2 bilhão em 2008.

Pimentel comemorou ainda a melhoria no atendimento e a maior facilidade para a concessão do benefício, que pode sair em 30 minutos. "Em dezembro de 2008, instituímos o reconhecimento automático do direito, não é mais o cidadão que precisa comprovar suas contribuições", informou. Faz parte desse empenho o projeto de 720 novas agências do INSS em 2009, que se somarão às atuais 1.110, com investimento total de R\$ 811,6 milhões, além do atendimento pela central 135, que em 2008 recebeu 58 milhões de ligações.

De acordo com o ministro, o salto de qualidade deu-se com a ênfase na tecnologia e na recuperação do DataPrev, que estava sucateado. Para 1º de maio, contou, está prevista mais uma inovação, o acesso a um simulador de aposentadoria por meio dos terminais do Banco do Brasil.

### Organização sindical e formação

Na sequência, o consultor da FNE, João Guilherme Vargas Netto, falou sobre a atuação dos profissionais liberais no sistema sindical, especialmente no contexto da presente crise econômica, que, na sua opinião, embora abrupta, deve ser passageira. "O profissional da área tecnológica é convocado a enfrentá-la e é essencial na não neutralidade da tecnologia. Se ele domina a técnica e o saber também do social, consegue ajudar o conjunto da comunidade", defendeu. Para ele, esse é o esforço do movimento sindical dos engenheiros. "O papel das entidades é valorizar o profissional e fazer com que ele se sinta à vontade na cena social", enfatizou.

Um exemplo dessa possibilidade de atuação, aliando conhecimento a engajamento, lembrou, é a Lei 11.888/08, que institui a assistência técnica pública e gratuita à população de baixa renda. Na sua avaliação, deveria haver uma mobilização para adaptá-la a legislações estaduais e municipais. "Esse seminário é uma oportunidade para que os profissionais reavaliem sua participação coletiva, o que pode melhorar sua posição no mercado, que hoje precisa de gente capaz de encontrar saídas", concluiu.

Reforçando o papel central da área tecnológica no desenvolvimento e no enfrentamento das dificuldades, o vice-diretor da Escola Politécnica da USP (Universidade de São Paulo), José Roberto Cardoso, reafirmou a necessidade de multiplicar o número de engenheiros no Brasil e os investimentos em ciência, tecnologia e inovação. "Em 2008, graduaram-se 35 mil, enquanto na Coreia do Sul foram 80 mil. Isso embora haja 500 mil vagas nas universidades, mas a evasão é muito grande." Para enfrentar o problema, Cardoso considera essencial fazer com que os alunos que ingressam nos cursos cheguem até o final. "Cinquenta por cento abandonam a área no segundo ano da faculdade", informou. Razão principal desse quadro, segundo ele, é a deficiência nos ensinamentos médio e fundamental, que não preparam os estudantes adequadamente nas áreas de exatas. Além disso, Cardoso questionou a existência de cerca de 200 especializações. "Os que estão se formando hoje trabalharão até aproximadamente 2060. A universidade precisa repensar o currículo e prepará-los para estar ativos até lá. Por que não formar um bom generalista?", questionou. Para ele, é necessário ainda formar pesquisadores com vocação para o setor industrial, e não meramente para a universidade. "A pós-graduação brasileira cumpriu seu papel, mas agora precisa mudar".

Na outra ponta das providências necessárias em engenharia, afirmou Cardoso, está o incentivo à pesquisa e desenvolvimento. Ele classificou os atuais 0,9% do PIB (Produto Interno Bruto) destinados à área “não desprezíveis, mas muito pouco”.

## SINDICAL

---

Congregando atualmente engenheiros, economistas, farmacêuticos e nutricionistas, a CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) decidiu colocar em pauta um debate que diz respeito não só a essas categorias, mas a toda a sociedade brasileira. Conforme decisão tomada na reunião de diretoria realizada em 20 de março, a entidade promoverá, no mês de julho, um seminário para discutir a qualidade dos serviços públicos oferecidos no Brasil e como melhorá-los. “Não é razoável que o nosso País siga tendo uma carga tributária próxima dos 40% do PIB (Produto Interno Bruto) e em contrapartida ofereça serviços em sua grande maioria sofríveis, como se vê na saúde, na educação e no transporte, para citar apenas alguns”, pondera o engenheiro Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da CNTU, que também está à frente da FNE.

Ainda segundo ele, a iniciativa é afeita aos profissionais ligados à confederação por dois aspectos fundamentais. “Em primeiro lugar, porque esses são cidadãos, contribuintes, e integram a classe média fortemente onerada pelos impostos e frequentemente obrigada a contratar no setor privado itens que deveriam ser oferecidos pelo Estado. Além disso, várias categorias potencialmente representadas pela CNTU são mão de obra fundamental desses serviços.” Por isso mesmo, completa ele, ponto importante do seminário será a valorização profissional no serviço público.

Em fase de formatação, o evento reunirá especialistas e autoridades governamentais das áreas a serem abordadas. “A ideia é que possamos fazer um diagnóstico do problema, elaborar saídas e propor que essas sejam implementadas pelo poder público”, completa Pinheiro. “Uma participação já confirmada é o ministro da Previdência Social, José Pimentel, que vem aprimorando o trabalho da pasta com o objetivo de facilitar a vida dos trabalhadores que buscam a concessão do benefício”, informa. De acordo com ele, esse esforço deverá se inspirar no trabalho bem-sucedido da FNE com o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, que formatou um plano de desenvolvimento nacional para discussão com o governo e a sociedade.

### A confederação

Reconhecida oficialmente em 9 de outubro de 2008, a CNTU é um antigo anseio das categorias profissionais regulamentadas com formação universitária e se constitui em mais uma

trincheira de luta pelos direitos dos trabalhadores, pelo desenvolvimento socioeconômico brasileiro e pela democracia. A entidade teve seu lançamento realizado em seminário em São Paulo, em 28 de novembro último. Na ocasião, já colocou em discussão a crise econômica que se espalhou pelo globo no último trimestre do ano passado, além da formação dos profissionais universitários, a organização sindical brasileira e as relações do trabalho.

## SINDICAL II

---

A AGE (Assembleia Geral Extraordinária), realizada em 12 de março, em Rio Branco (AC), aprovou o regimento para o VII Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), que acontecerá entre 23 e 26 de setembro, na cidade de São Paulo, no Novotel São Paulo Center Norte. O evento terá como temas ação sindical; emprego, renda e qualidade de vida; e engenharia e desenvolvimento sustentável, sob o monte “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e a Superação da Crise”.

O congresso, que ocorre estatutariamente a cada três anos, tem o objetivo de discutir propostas e estratégias para o movimento sindical dos profissionais da área tecnológica; debater questões relativas à engenharia nacional e ao desenvolvimento econômico e social; possibilitar a discussão de temas da área tecnológica nos quais o engenheiro é ou deveria ser o protagonista; discutir e traçar diretrizes para a federação, assim como eleger a diretoria para o triênio seguinte.

Também conforme previsto em estatuto da FNE, o Conse conta com uma Comissão Organizadora Nacional e outra Regional, formada pelo sindicato do estado-sede, no caso o Seesp. Essa última está encarregada da organização operacional do evento e deve se reunir periodicamente para planejá-lo e tomar as providências necessárias a sua execução.

Participam do evento com direito a voz e voto os delegados, que são os membros titulares da diretoria e do conselho fiscal da FNE, da Comissão Organizadora Nacional, e os representantes dos sindicatos filiados em número proporcional ao quadro associativo de cada entidade. Há ainda os congressistas, com direito apenas a voz.

## SINDICAL III

---

O que tem se mostrado a opção preferencial das companhias diante da crise financeira global – o corte de pessoal – está longe de ser a melhor receita para o seu enfrentamento. Além

disso, para a FNE, as demissões não deveriam ser alternativa a um país que pretende continuar na rota do crescimento sustentável e com inclusão social – caminho defendido pela federação em seu projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado em 2006. Face a cortes recentes em setores estratégicos, Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente dessa organização, pondera: “É inegável que companhias cuja receita provém em sua maior parte do mercado externo são mais impactadas pela situação. No entanto, não é aceitável, até por sua importância, que ponham na rua milhares de trabalhadores de uma hora para outra. É preciso que reflitam sobre seu compromisso com a sociedade e que se discutam as dispensas já anunciadas, buscando-se formas de reverter o quadro que se configura desastroso.”

Ainda mais quando as dispensas atingem os chamados quadros qualificados, tendência que deve se manter, segundo análise divulgada recentemente pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Conforme explica o seu presidente, Marcio Pochmann, “dadas as ações já tomadas pelo Governo Federal de certo apoio à base da pirâmide social, via elevação do salário mínimo, ampliação do bolsa-família, possivelmente os trabalhadores melhor remunerados sejam os mais afetados do ponto de vista relativo, não absoluto”. E complementa: “Parte do quadro qualificado que conforma o núcleo duro da empresa não será afetada, a menos que o impacto seja muito intenso. Agora, aqueles que estavam em fase de transição para essa situação provavelmente o serão, pela própria rotatividade, que faz com que a empresa possa demitir trabalhadores que estão com maior remuneração para serem trocados, mantido o posto de trabalho, por outros com menor.”

Recentemente, duas gigantes deram sua contribuição para engrossar as estatísticas dos dispensados no período: Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), em São José dos Campos, Interior paulista, e o grupo Usiminas (Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais), em locais como Baixada Santista, também no Estado de São Paulo, e Ipatinga, em Minas Gerais. Na primeira, 20% do seu efetivo foi colocado na rua, totalizando 4.200 trabalhadores, dos quais 230 engenheiros – de 5 mil de alta qualificação. Na segunda, foram demitidos desde janeiro mais de mil funcionários, segundo informações do Sindipa (Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga). De acordo com o seu presidente, Luiz Carlos de Miranda, a crise não é justificativa plausível. “Não dá para acreditar nesse pretexto, uma vez que somente em 2008 a Usiminas teve lucro líquido de R\$ 3,2 bilhões. Sua nova diretoria, que assumiu em julho de 2008, está acabando com a memória técnica da empresa e dispensando inclusive engenheiros para contratar outros com salários menores.”

Como consequência, tem havido a partir de setembro um incremento da denominada classe média emergente, classificada como C, e redução dos extratos sociais. A avaliação é do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que justifica, em estudo sobre os efeitos da crise junto à classe média: “Pessoas que estavam mais no topo da distribuição estão caindo ou deixando de crescer, mas o movimento de ascensão à classe C não foi interrompido. O que acontece é uma agregação a esse de pessoas vindas da classe AB (cuja renda domiciliar é a partir de R\$ 4.807,00, conforme a própria pesquisa).” Em outras palavras, a situação é mais instável para quem ganha mais, geralmente quadros mais qualificados. Os engenheiros estão nesse rol. Inclusive porque, como atesta Pochmann, até o momento, o maior impacto da crise se verifica sobre a atividade industrial. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados em 12 de março confirmam: o emprego nesse setor recuou 1,3% de

dezembro de 2008 a janeiro último, acumulando queda de 3,9% desde setembro do ano passado.

## Alternativas

No geral, nos últimos cinco meses, segundo o movimento sindical, foram postos na rua cerca de 800 mil trabalhadores. Destinar a fatura da crise a essa parcela da sociedade é, para Pochmann, a medida mais fácil. Todavia, não é a saída adequada. Na sua ótica, uma das alternativas para conter seus efeitos no País diz respeito a atrelar o acesso aos recursos públicos à preservação da mão de obra. “Os beneficiários do bolsa-família, por exemplo, têm uma série de condicionalidades para o seu uso. Já as empresas que estão recebendo subsídios fiscais, empréstimos com taxas de juros vantajosas, que são decisões públicas, não têm o mesmo compromisso, responsabilidade que poderiam vir a ter, do ponto de vista do enfrentamento da crise.” Ademais, na sua concepção, é fundamental um grande entendimento nacional entre trabalhadores, empresários, as três esferas de governo, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário para que o País saia dessa melhor do que entrou. O que é bem provável, uma vez que esta é uma das nações que, como reforça Pochmann, talvez tenha melhores condições de enfrentar a crise. “Tanto que nosso debate aqui não é em torno da recessão, mas da redução da atividade econômica.”

O consultor sindical da FNE, João Guilherme Vargas Netto, aponta a ideia de conagraçamento, “formando-se uma unidade produtivista”, para se lidar com essa situação. O movimento sindical tem dado mostras de que esse é o caminho. Realizou, juntamente com outras organizações sociais, em 30 de março, atos unificados contra a crise e as demissões em diversos estados brasileiros. Com palavras de ordem pelo corte nos juros, por investimentos públicos e em defesa da redução da jornada de trabalho sem diminuição de salários, as diversas iniciativas reuniram milhares de pessoas.

## SINDICAL IV

---

AC

Empossados presidentes do Senge, do Crea e da Mútua

No dia 12 de março, foram empossados os presidentes do Senge-AC, Sebastião Fonseca, do Crea (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), Amarildo Uchôa Pinheiro, e o diretor-geral da Mútua, João de Deus Oliveira Azevedo, em solenidade realizada no auditório da Fieac (Federação das Indústrias do Estado do Acre). Ocasão em que ainda foi lançado o 2º Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Sul-americana, a ser



realizado de 24 de maio a 6 de junho de 2010. Integram a nova diretoria executiva do Senge João Bosco Búbula Ribeiro (vice-presidente); Carmem Bastos Nardino e Maria Inês Portela da Costa (diretoras administrativa e operacional); Marysson Maia da Silveira e Roberto França Silva (diretores financeiro e de planejamento). Para Fonseca, sua reeleição permite a continuidade do trabalho em prol dos engenheiros e do desenvolvimento nacional. “No mandato de 2009-2011, lutaremos para ampliar a Lei Cartaxo aos profissionais celetistas.” Em homenagem ao falecido deputado Francisco Cartaxo, essa lei aprovada criou um plano de carreira e remuneração aos profissionais de nível superior que ocupam cargos de engenheiro, tecnólogo, arquiteto, geógrafo, geólogo, médico veterinário e zootecnista da administração direta, autarquias e fundações públicas do Acre. Para o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, que deu posse a Fonseca, a atuação do sindicato na região tem cumprido seu papel. “O Senge-AC é um braço fundamental da FNE na região e vem somando brilhantes conquistas aos profissionais de engenharia e ampliação do trabalho iniciado com o projeto “Cresce Brasil”, afirmou.

PI

#### Governador promete diálogo

Os presidentes do Senge-PI e do Sindicato dos Funcionários do Emater (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) entregaram ao governador Wellington Dias a pauta de reivindicações dos trabalhadores do órgão relativa ao reenquadramento dos seus empregados geridos pelo Plano de Cargos e Carreira previsto na Lei 4.640/93. Segundo o presidente do Senge, Antônio Florentino de Souza Filho, o plano previa uma avaliação de desempenho para ascensão funcional a cada 18 meses, o que jamais aconteceu. “Além disso, a garantia da aplicação dos artigos 5º e 6º da Lei 4.950-A, assegurando o salário profissional dos engenheiros, também não tem sido posta em prática, gerando uma demanda jurídica interminável”, criticou. Dias manifestou sua intenção de equacionar o impasse e prometeu determinar à Secretaria da Administração que inicie a negociação com as entidades sindicais, estipulando prazo de 30 dias para que se encaminhe um projeto de lei à Assembleia Legislativa. O documento entregue ao governador foi fruto de trabalho dos empregados após várias reuniões com o presidente do instituto, Francisco Guedes Alcoforado, que abriu o canal de negociações e viabilizou o encontro com o chefe do Executivo.

AP

#### Sancionada lei que garante piso salarial

A Lei nº 1.298, de 17 de janeiro de 2009, que institui o PCCS (Plano de Cargos, Carreiras e Salários) dos servidores públicos da área de meio ambiente e ordenamento territorial, ciência, tecnologia e produção foi sancionada pelo Governo do Amapá. Com isso, os engenheiros funcionários públicos do Estado têm garantido o piso correspondente a 8,5 salários mínimos vigentes no País, retroativo a 1º de janeiro deste ano. O que vai ao encontro da luta constante pelo cumprimento da Lei 4.950-A/66, que instituiu o piso da categoria em nove salários

mínimos para jornada de oito horas. Na opinião de Lincoln Américo da Silva, presidente do Senge-AP, “isso é de fundamental importância à engenharia do Amapá”.

MA

Planejamento estratégico será abordado em seminário

No dia 25 de março último, durante a terceira reunião da diretoria executiva do Senge-MA, foi marcado para 4 de abril o “Seminário de Planejamento Estratégico” que norteará as ações da gestão 2009-2012. Segundo a presidente da entidade, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, na reunião ocorrida na semana anterior (dia 18), foram apresentados os responsáveis e os coordenadores técnicos dos sete projetos já iniciados na gestão anterior. São eles: Fórum da Região Metropolitana da Grande São Luís; disciplina Engenharia, Sociedade e Segurança do Trabalho no curso de Engenharia Elétrica da UFMA (Universidade Federal do Maranhão); curso de pós-graduação em Gestão Estratégica de Custos; pesquisa profissional; Caep (Comissão de Assuntos do Exercício Profissional); site e informativo.

Homenagem às mulheres

Com a promessa de criar uma programação especial às mulheres este ano, a direção do Senge enviou às profissionais no seu dia (8 de março) um cartão por e-mail com fotos de associadas que participaram de eventos realizados pela entidade ao longo de 2008.

RS

Setor de engenharia e arquitetura será parceiro da Sema

O encontro de entidades e associações de engenheiros e arquitetos do Rio Grande do Sul com o secretário Berfran Rosado, no dia 12 de março, abriu espaço para avaliações dos serviços ambientais oferecidos pela Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) e a Fepam (Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler). Na ocasião, o setor reconheceu que pode interagir mais com os órgãos ambientais e se aliar à secretaria, oferecendo cursos e capacitação para os técnicos dos municípios que estão habilitados ou buscam a qualificação no Siga (Sistema Integrado de Gestão Ambiental). O secretário informou que tem entre suas prioridades a qualificação dos serviços, sobretudo os licenciamentos ambientais, a intensificação da política de descentralização, através dos balcões unificados, e o aumento da fiscalização. As entidades se comprometeram a fazer outras sugestões à Sema, para aumentar a interação do setor com os órgãos ambientais. Ficou acertada uma reunião entre os profissionais com os técnicos do DRH (Departamento de Recursos Hídricos) para breve. Participaram Jorge Gomes, diretor do Senge-RS, e Paulo Paim, diretor do DRH, além de representantes de diversas entidades.

RR

Reativado antigo escritório do sindicato

O Senge-RR voltou a funcionar no seu antigo escritório, localizado no prédio do Palácio dos Sindicatos, na Avenida Ville Roy, 5.249, sala 214, no Centro de Boa Vista. Segundo o presidente da entidade, Willams Lopes Pereira, o espaço foi conseguido mediante processo de outorga junto à Secretaria Estadual de Administração e Gestão de Pessoas. O escritório possui três salas, uma de atendimento aos sindicalizados, uma para a diretoria e outra de reuniões, destinada também à realização de cursos aos filiados. “Agora temos muito mais a fazer, pois com esse local criado para defender os profissionais da engenharia nos tornamos mais engajados na luta pela valorização e pelos direitos do trabalhador”, afirmou.

## ENTREVISTA

---

Entre 1995 e 2005, de cada três novas vagas criadas no setor privado no Brasil, uma foi pela terceirização. A conclusão é de estudo feito pelo economista Marcio Pochmann, presidente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Segundo divulgado pela mídia recentemente, ele afirmou que dos 45 milhões de postos de trabalho gerados no País, cerca de 7 milhões são dessa forma. O problema é que a prática, bastante comum, tem servido à precarização da mão de obra. Segundo declaração de Pochmann reproduzida na Agência Brasil, os contratados indiretos ganhavam em média, no ano de 2005, um terço a menos do que os trabalhadores formais.

Combater essa prática é o intuito do Executivo Federal, segundo afirma nesta entrevista ao Engenheiro o secretário de Relações do Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros Neto. Ele defende a regulamentação da prestação de serviços terceirizados como solução para coibir seu uso como forma de baixar salários e fugir de encargos e outras responsabilidades. Com esse intuito, o Ministério do Trabalho e Emprego elaborou anteprojeto de lei a ser encaminhado ao Legislativo em breve, o qual deve também servir para garantir segurança jurídica a eventuais contratantes.

Qual a situação hoje em relação à terceirização no Brasil?

Não tem lei sobre terceirização no Brasil e é um fenômeno mundial, que acontece dada a especialização da produção. Assim, quando se fala nisso, o trabalhador lembra logo de redução de salários, porque é o que, em muitos casos, as empresas estão querendo. Mas existem aquelas que realmente precisam da terceirização, porque precisam de especialização. Por exemplo, na construção civil, na hidráulica, elétrica, na pintura de um prédio. Então temos que

ter um marco regulatório que acabe com a falsa terceirização, que não é lícita, é para precarizar. E precisamos dessa lei para dar segurança jurídica à empresa. O que o Ministério ( do Trabalho e Emprego ) quer é regulamentar a terceirização de serviço, não do ser humano.

Acabaria aquela situação de terceirizar o funcionário para não pagar direitos ou não arcar com os encargos, com esse projeto?

Temos empresas especializadas em terceirizar pessoas para diminuir o preço da mão de obra, isso realmente o Ministério acha que é ilegal e tende a acabar. O que apoiamos é a terceirização de serviços, por exemplo, a Petrobras tem milhares e milhares de empresas especializadas e, como não tem uma lei que regulamente, há uma insegurança jurídica muito grande para as envolvidas. As contratantes de serviços terceirizados assinarão um contrato civil e serão encarregadas de fiscalizar a empresa contratada, que tem que arrecadar fundo de garantia, pagar INSS e cumprir todas as leis trabalhistas. Se a empresa contratante fiscalizou o cumprimento dos direitos, sua responsabilidade é subsidiária, se não, será solidária, total. É um projeto moderno, ágil, que traz segurança jurídica à empresa e coíbe a precarização do trabalho.

Em que casos pode se dar essa terceirização?

Só com serviços especializados, não mais mão de obra. Por exemplo, na perfuração ( de poços ), transporte, a Petrobras não poderá terceirizar um engenheiro, mas sim contratar o serviço, através de uma empresa.

Aquela figura do PJ (pessoa jurídica individual) estaria descartada nessa situação?

A contratação de PJ da forma que é feita hoje, sem direitos trabalhistas, para diminuir custos, é proibida, a não ser que não se caracterize como relação de trabalho. Se houver subordinação, horário, a contratada poderá ser multada.

Só trabalhador do setor privado está englobado nesse projeto?

Só do setor privado, o setor público é muito mais complexo, não é alçada do Ministério do Trabalho, mas do Ministério do Planejamento.

No projeto está colocado um prazo para esse contrato de prestação de serviços?

Não, o prazo deve ser estipulado pelas partes, porque depende do nível de dificuldade do serviço a ser realizado. Alguns podem levar meses, outros até um ano ou mais.

A importância de regulamentar a terceirização é colocar de fato o que pode e o que não pode ser contratado dessa forma?

Claro, e estamos negociando com as centrais sindicais, com as confederações, com os empresários e com os trabalhadores. Queremos um projeto que seja fruto de consenso, o Ministério do Trabalho, o Governo, não vai fazer nada de cima para baixo, autoritariamente.

O sindicato teria um papel na negociação coletiva para definir o caráter e a natureza desses serviços, se podem ser terceirizados?

Na minha opinião, os sindicatos deveriam ter um papel de fiscalização dos contratos, as empresas informariam a eles quais as partes terceirizadas, para que as entidades pudessem avaliar se a terceirização está de acordo com a lei ou se precariza as relações de trabalho.

Quando o anteprojeto de lei do Executivo foi disponibilizado para consulta pública no site do Ministério do Trabalho e Emprego, as centrais sindicais apontaram problemas que teriam que ser resolvidos...

Problemas sempre haverá, mas vamos sempre buscar o consenso. Tem um projeto rodando na Câmara que deve ser votado este ano e que realmente precariza toda a relação de trabalho ( PL nº 4.302/98 , apresentado pelo Executivo na gestão FHC, cuja retirada foi solicitada pelo Governo Lula, em 2003 ). Se não tivermos um alternativo, esse projeto vai terceirizar o Brasil.

## C&T

---

Desenvolvido por pesquisadores da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), o papel feito a partir de plástico reciclado é a nova arma na luta em defesa do meio ambiente. Segundo a professora do Departamento de Engenharia de Materiais da instituição e coordenadora do projeto, Sati Manrich, a proposta visa, por um lado, reduzir a utilização de madeira, ainda que oriunda de reflorestamento, e, por outro, diminuir a quantidade de resíduos destinados a aterros sanitários e lixões.

Ainda conforme ela, o material pode ter diversos usos, especialmente na comunicação visual, como em banners , cartazes, cartões de visita, catálogos, etiquetas, livros, menus de restaurantes, outdoors , rótulos de garrafas e até mesmo em cédulas de dinheiro e cadernos, já que a película aceita a tinta de canetas esferográficas. Produzido em forma de filmes com diferentes tipos de polímeros em sua composição, o papel ecológico garante viabilidade

econômica por utilizar como matéria-prima praticamente qualquer tipo de resíduo plástico, como embalagens, garrafas descartadas, sacolas e frascos.

A fabricação envolve os processos convencionais de reciclagem de plásticos, sendo necessária a separação dos diversos tipos e a limpeza dos objetos para a sua recuperação. Feito isso, o material é moído e misturado a vários aditivos para obtenção de propriedades, como brilho, branquura, contraste e resistência. Essa mistura é levada a uma máquina extrusora, sendo submetida a altas temperaturas, em que derrete e se funde em forma de filmes. Em outro equipamento, é feita a transformação em um papel similar ao fabricado com celulose.

Ao todo, são necessários 850 quilos de plástico reciclado para produzir uma tonelada de papel sintético, o que evitaria o corte de pelo menos 30 árvores. Conforme explica Manrich, a tecnologia tem ainda um processo mais econômico. “Não fizemos estudos para quantificar as diferenças de consumo, mas o processo de produção do papel ecológico consome menos água e energia do que a do tradicional, além de não utilizar os produtos tóxicos para separação da lignina, hemicelulose e outros, que branqueiam a celulose e exigem enormes volumes de água”, argumenta.

O projeto teve início em 1996 e foram feitos vários estudos sobre reaproveitamento de embalagens descartadas pós-consumo para que a pesquisa pudesse ser concluída. Foram investidos cerca de R\$ 400 mil pela Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), além da empresa Polibrasil Resinas SA, que interrompeu o contrato após o primeiro ano de vigência de um total previsto de três.

### Comercialização

Atualmente o papel sintético está em fase de licenciamento para comercialização. O produto foi testado em escala semi-industrial na Vitopel, empresa fabricante de filmes flexíveis bi-orientados com fábrica em Votorantim, no Interior de São Paulo. Para tanto, foi estabelecida uma parceria entre a UFSCar, que entrou com a pesquisa e o material plástico descartado pós-consumo, e a empresa, que providenciou os equipamentos. A companhia teve que aprimorar as fórmulas originais para o desenvolvimento de filmes multicamadas, já que nunca havia utilizado material reciclado, mas não precisou adquirir máquinas específicas para a produção.

Ao final da experiência, foi feita uma comparação entre papéis produzidos com matéria-prima virgem e com resíduos plásticos urbanos. “O produto possui um aspecto diferenciado, similar ao do papel couché, porém com maior durabilidade e resistência a umidade e odores”, garante o presidente da Vitopel, José Ricardo Roriz Coelho. Assim, o plano é passar a vender o material ainda em 2009.